

CONTRACORRENTE ENTREVISTA

HISTÓRIA DE VIDA EM TRÂNSITO: ENTREVISTA COM MARGARIDA PAREDES

Quando conhecemos Margarida Paredes, a força de sua personalidade logo nos impressiona. Mais ainda sua biografia: muito jovem abandona os estudos universitários na Bélgica para juntar-se às tropas do MPLA, nos anos quentes da luta pela libertação de Angola. No dia em que se proclama oficialmente a independência da nação, ela estava lá, uma das raras mulheres brancas, portuguesas, a celebrar a vitória do povo angolano.

Nascida e criada em Coimbra, Margarida aprendeu desde cedo as lições que um mundo pós-colonial tem a nos oferecer. Dentre suas muitas possibilidades, a mais valiosa: o convívio com a diferença, o ultrapassar de fronteiras, as viagens constantes, reais e imaginárias. De Portugal deslocou-se a Angola, Moçambique, depois estudou na Bélgica, de lá partindo para o Congo-Brazzaville, por onde entra em Angola... Alguns anos após a independência, retorna a Portugal, passando depois longos períodos no Brasil (onde vive parte de sua família). Enfim, em seus percursos de vida, ela experimenta concretamente os trânsitos atlânticos de que hoje muito se fala, em especial no ambiente acadêmico.

Autora do romance *O Tibete de África* (Porto:Ambar, 2006 e Luanda:Chá de Caxinde,2009), ela retoma na ficção a vivência de Angola, além de propor várias reflexões acerca da situação contemporânea deste e de outros países africanos. Formada em Estudos Africanos pela FL/UL desenvolve, ainda, Doutorado em Antropologia no âmbito do CRIA/ISCTE-IUL, Lisboa e do NUER/UFSC, Florianópolis, sobre o tema "As Mulheres Angolanas na Luta Armada". A investigação foi realizada em Angola, entrevistando mulheres que, de diferentes formas, tomaram parte da luta, ou das muitas lutas, que se travaram, ao longo de 41 anos, no chão angolano.

A entrevista que segue oferece um pouco dessa biografia singular, da militante, escritora e pesquisadora Margarida Paredes.

1. Você tomou parte da luta pela libertação de Angola. Minha primeira pergunta não poderia deixar de abordar este aspecto de sua biografia: que motivações levaram uma jovem portuguesa, de família tradicional, a tomar uma decisão tão radical quanto esta, de migrar para um país africano em luta pela sua liberdade, e se juntar ao MPLA?

MP: Foi um caminho iniciado em criança, na infância já tinha tendência para ultrapassar as barreiras culturais, de raça e classe, e caminhar, como diz Leela Gandhi, em direção ao radical desconhecido lugar da alteridade, por isso tornei-me uma menina rebelde. Cresci num espaço muito demarcado em termos de classes, movimentava-me no círculo das famílias mais ricas e conservadoras de Coimbra, a minha avó era aristocrata e latifundiária alentejana. Nasci numa casa com mais de trinta quartos, um mundo dourado, mas lá em casa havia outro mundo, o mundo dos criados que nos serviam e que eram as pessoas que estavam mais perto de nós, as crianças. Deve ter sido através dos afetos que construí a ponte com o mundo dos desfavorecidos. À noite, fugia do meu quarto para o sótão e metia-me na cama das criadas. Assim fui construindo outra vida e desenvolvendo outras solidariedades. Éramos também servidos por um criado negro de Angola, o Aguiar, que sabia ler e escrever e era muito mais respeitado que as criadas brancas analfabetas, a maior parte delas entregues à minha avó pelos pais para aprenderem a servir numa casa senhorial. Talvez tenha sido esta a razão por que nunca fui racista. O Aguiar foi obrigado a deixar para trás a sua família, a sua mulher, os seus filhos negros para vir para Portugal, para casa da minha família e cuidar dos filhos brancos dos patrões. O seu afeto e proteção abriram um corredor transcultural na criança que eu era, o que me permitiu aferir o mundo de outra maneira. No romance que escrevi, *O Tibete de África*, recordo a minha relação com ele através de uma personagem com o mesmo nome, porque o Aguiar foi muito importante nas escolhas que fui fazendo ao longo da vida.

2. E a Guerra Colonial, como surge em sua história?

MP: Aos sete anos, comecei a ser confrontada com a Guerra Colonial e, na adolescência, depois de ter acompanhado o meu pai a Londres, onde fez o doutoramento, comecei a perceber que

os ventos da história sopravam contra Portugal. Numa altura em que as independências africanas se afirmavam, Portugal recusava descolonizar e apostava na guerra. Apesar de ser adolescente e estar mais preocupada com o risco do *eyeliner* e com o rímel do que com a liberdade e autodeterminação dos povos africanos, tornei-me uma contestatária. Aos 13 anos, desenhava emblemas da paz nas moradias do jardim do Penedo da Saudade, o que irritou a polícia política que foi pedir à minha avó para me controlar. Depois fui viver para Moçambique, na antiga Lourenço Marques, hoje Maputo, onde havia uma esquerda culturalmente muito ativa através do Cine Clube, Teatro Universitário e Revistas. Aí conheci o escritor Luis Bernardo Honwana, na altura jornalista, o pintor Malangatana e o escultor Chissano, além de outros intelectuais com os quais ia beber uma cerveja na velha Rua Araújo. Com 15 anos, ia às festas que Malangatana organizava na sua aldeia natal, Matalana, e às festas da comunidade branca homossexual da capital, toda essa proximidade levava-me a desejar pertencer a esse mundo que percebia como diferente, de vanguarda na contracorrente do conservador mundo colonial.

3. O anticolonialismo surge portanto, em sua experiência, primeiramente como um gesto de rebeldia contra o conservadorismo da velha casa patriarcal à portuguesa...

MP: Quando regresssei a Luanda, há muito tempo que tinha deixado de ser uma filha do Império, não vivia num mundo de fantasia como a comunidade branca que tinha naturalizado a desigualdade racial, a opressão sobre a comunidade negra e fingia não ver a Luta de Libertação, ali no mato, tão perto, e isso levou-me a ser profundamente anticolonial. Não tinha ligações com os movimentos de libertação, mas ouvia clandestinamente a rádio Angola Combatente, o que me fazia sonhar com a guerrilha e com a revolução. Nessa altura, ao contrário de agora, o nosso destino coletivo era mais importante que o individual. O colonialismo português tinha-me colocado a viver num mundo completamente esquizofrénico, de desacerto e incompreensão humana. Quando o mundo em que vivemos não faz sentido, esperamos que a excentricidade, a loucura ou a rebeldia nos salvem, é assim que aos 17 anos decidi fazer uma 'exposição de

rua' nas arcadas do Banco de Angola, em frente à baía de Luanda. A PIDE, a polícia política, entendeu a minha iniciativa como uma ofensa à ordem pública e deteve-me juntamente com os batiques (panos pintados). Depois tive a sorte do poeta Herberto Helder, repórter de guerra em Luanda, ter escrito um artigo sobre a "pintora Gui" na revista *Notícia*, o que me salvou de ficar presa.

4. Desse perfil contestador, em termos comportamentais, até a adesão à luta armada, existe certamente um percurso que seria interessante conhecer. Como se dá essa trajetória?

MP: Logo a seguir vou para Lovaina, na Bélgica, onde quase todos os meus amigos do Penedo da Saudade viviam como eram refugiados políticos. A elite não embarcou na guerra de Salazar. Encontro os meus amigos de Coimbra numa onda de contracultura e de experiências psicodélicas, mas a minha solidariedade com os africanos e com as lutas de libertação levou-me por outros caminhos. Também leio Marguerite Duras, Jean Genet, Nathalie Sarraute e Alain Robbe Grillet, mas o meu abismo é outro e é Frantz Fanon, Amílcar Cabral, Césaire e, mais tarde, Memmi que me levam até ao Angola Comité de Lovaina, e também à Associação dos Estudantes Africanos. Do Angola Comité para o MPLA foi um pequeno passo e é assim que, em 1973, com 19 anos, adiro a este movimento de libertação.

5. Como foi, então, recebida pelo MPLA? Gostaria que falasse um pouco de sua experiência incomum de ser uma mulher branca no seio de um movimento liderado por homens, predominantemente negros e mestiços.

MP: Abandonei os estudos na universidade em Lovaina e cheguei a Brazzaville, no Congo, pelos meus próprios meios, sabia que o MPLA nunca chamaria uma mulher branca e portuguesa para se juntar à guerrilha. Curiosamente, a primeira pessoa que encontrei na delegação do MPLA em Brazzaville foi o atual presidente de Angola, José Eduardo dos Santos. Cheguei ao Congo após o 25 de Abril de 1974, numa altura que as cisões internas no movimento, a Revolta Activa e a Revolta do Leste questionavam a liderança de Agostinho Neto. Pouco depois

de ter chegado, fui obrigada a escolher entre o MPLA/Neto e a Revolta Activa, foi o meu primeiro embate com as divisões internas no movimento. Tive que mudar de casa e os camaradas com quem vivia, de um dia para o outro, de amigos passaram a inimigos e deixámo-nos de falar ou cumprimentar, naquele tempo o mundo estava dividido em amigos e inimigos. Como a URSS transferiu o financiamento do MPLA para os dissidentes da Revolta Activa, que eram os intelectuais do movimento, os meses que se seguiram no MPLA/Neto foram muito penosos, passámos fome. Apesar das dificuldades, fui muito bem recebida, fui a única portuguesa a chegar a Brazzaville sem ser atrelada a um homem. Uma jovem mulher branca e inconformista chocava com os modelos puritanos do “revolucionário” MPLA e representava um conjunto de alteridades potencialmente ameaçadoras, por isso as camaradas mais velhas tentaram desde logo casar-me com um comandante, o que não conseguiram! Sob o chapéu da ideologia marxista, o MPLA era um movimento machista, a dominação masculina estava naturalizada e as mulheres eram evidentemente secundarizadas e colocadas num lugar de subordinação aos homens, mas na altura não me apercebia dessas contradições. O feminismo era visto no movimento como um desvio ocidental pequeno-burguês que a “revolução” devia combater, a emancipação das mulheres era vinculada à libertação nacional, à luta contra o colonialismo e contra o obscurantismo (práticas tradicionais como o alambamento) e não incorporava uma análise de “opressão de género”. Hoje pergunto-me como não via essas contradições, por que não me questionava? Como me disse Luzia Inglês, a secretária-geral da OMA, Organização da Mulher Angolana - *só depois da independência percebemos que a nossa luta não era a mesma dos homens*. Regressei a Luanda no fim de 74, quando fui para o Centro de Instrução Revolucionária, CIR Hoji ya Henda, como instrutora política e aí fiz a instrução militar, após o que combati nas Guerras por Luanda ainda antes da independência. No CIR fui contemporânea do malogrado Destacamento Feminino das FAPLA, cujas comandantes, Elvira da Conceição (Virinha) e Fernanda Digrinha Delfino (Nandi) foram fuziladas na brutal repressão dirigida por Agostinho Neto após a sublevação do 27 de Maio de 1977.

6. A partir de sua experiência pessoal, creio que se abre a possibilidade de refletirmos sobre o lugar ocupado pelas mulheres angolanas na guerra de libertação, e também sobre os papéis que têm desempenhado na sociedade angolana a partir da independência. Houve, em sua opinião, um crescimento da participação das mulheres? E essa participação se fortaleceu, traduziu-se em uma distribuição mais justa de poder entre homens e mulheres?

MP: As mulheres sempre tiveram um papel ativo na Luta de Libertação, grandes nacionalistas trabalharam na clandestinidade e outras foram vítimas da repressão colonial e presas políticas. Não costuma ser valorizado o papel das camponesas que eram as cuidadoras dos guerrilheiros e as provedoras da guerrilha, mas não podemos esquecer que por causa da sua condição social os sacrifícios que faziam eram muito maiores. As mulheres que estudaram, oriundas sobretudo das missões protestantes, quando chegavam ao MPLA no exílio eram encaminhadas para as áreas sociais, educação e saúde, de acordo com as ordens da Direção. A porta de entrada para as mulheres participarem na guerrilha deu-se em 1966 por iniciativa de Deolinda Rodrigues, quando ela e cinco camaradas foram preparadas por instrutores cubanos para integrarem a Coluna Camy que as conduziu à morte. A morte de Deolinda e das outras guerrilheiras influenciou negativamente o lugar das mulheres na Luta Armada. Ao contrário da Frelimo em Moçambique, o MPLA, até 1975, não criou um Destacamento Feminino onde as mulheres pudessem mobilizar uma identidade coletiva como guerrilheiras. É verdade que havia mulheres nos CIRs que aprendiam a manejar armas, faziam guarda nas bases, mas tinham um papel defensivo em caso de ataque das forças militares portuguesas, havia ordens para que ficassem na retaguarda, só as operativas das comunicações eram integradas nas colunas militares. Apesar de manejarem armas, as mulheres não tinham um estatuto igual ao dos seus camaradas homens. Foi assim que as FAPLA, Forças Armadas Populares de Libertação de Angola, foram proclamadas em 1 de Agosto de 1974, por 83 comandantes homens e nenhuma mulher. Evidentemente, algumas destacaram-se durante a Luta de Libertação, como a espã do MPLA Jovita Nunes infiltrada em Kinshasa, a condutora

de camiões Maria Paím, que comandou a resistência a um ataque de militares portugueses grávida de nove meses, a médica Ana Wilson, que fazia transporte clandestino de armas, e as guerrilheiras da radiotransmissões Luzia Inglês e Joana André Domingos.

A situação nas FAPLA começou a alterar-se após o 25 de Abril, quando começaram a chegar aos CIRs jovens estudantes urbanas que reivindicavam participar em unidades de combate. Com a sua participação na guerrilha, as mulheres conquistaram o direito de integrar as forças armadas do país após a independência. Hoje estão em todos os ramos das FAA, o que tem contribuído para que novas relações de género sejam discutidas na sociedade angolana. Este empoderamento das mulheres em Angola também tem uma tradução política, há associações de mulheres partidárias que têm uma agenda feminista como a OMA e há muitas associações de mulheres intervenientes como as dos partidos da oposição, LIMA/UNITA e AMA/FNLA, associação das jornalistas, juristas, mulheres-polícia, etc., todas elas membros de uma plataforma conjunta, a Rede Mulher, que luta pela igualdade de género. Na Assembleia Constituinte, 36,3% dos parlamentares são mulheres, o que coloca Angola na 22ª posição em nível mundial. As mulheres estão representadas em todos os órgãos de soberania, há oito ministras e, se é verdade que não há igualdade de poder, há menos desigualdade, o que abre uma janela de esperança para a luta das mulheres em Angola.

7. Em sua pesquisa de doutorado, que atualmente desenvolve no ISCTE, da Universidade de Lisboa, você investiga exatamente o tema da participação das mulheres na luta armada. No âmbito desta pesquisa, você realizou um extenso trabalho de campo em Angola, entrevistando mulheres, colhendo depoimentos surpreendentes e emocionantes. Pode nos falar um pouco sobre esse trabalho?

MP: A história contemporânea de Angola é uma tragédia, desde 1961 a 2002 foram 41 anos de guerra. À Luta de Libertação anticolonial seguiu-se a guerra civil entre a UNITA e o governo/MPLA. Trabalhar com mulheres na Luta Armada significou trabalhar com memórias de guerra. A experiência de

vida dominante das minhas interlocutoras foi a guerra e durante meses a palavra que mais ouvi nas entrevistas foi a palavra 'sofrimento'. Durante as entrevistas as minhas informantes de todas as forças políticas, MPLA, FNLA e UNITA esforçavam-se por superar a dor, demonstravam coragem e força, ironizavam ou riam das suas tragédias pessoais. Há em Angola uma cultura de *suffering and smiling*, para usar as palavras de Patrick Chabal, e é esta aceitação do sofrimento que permite a cada uma das entrevistadas não perder a esperança e continuar a resistir. Rir do próprio sofrimento é uma estratégia de sobrevivência que se tornou um paradigma de força e resistência para as mulheres angolanas por isso, apesar do trabalho de campo se ter encarregado de me demonstrar que não há treino disciplinar que nos prepare para não sentir a dor do "outro", a etnografia revelou-se uma aprendizagem profunda e foi muito inspiradora. Quase um ano de trabalho de campo permitiu-me reunir um extenso arquivo de memórias de mulheres que participaram na Luta de Libertação e na Guerra Civil e que cobre toda a história contemporânea de Angola, evidentemente uma História que tem sido escrita no masculino e da qual as mulheres estão ausentes. O meu trabalho pretende contribuir para ultrapassar esta exclusão e simultaneamente entender os processos de emancipação e as representações das mulheres na Luta Armada.

8. Em seu romance ***O Tibete de África***, encontramos uma protagonista que vive a infância em Angola, sofre, após a independência, as agruras da condição de retornada em Lisboa, e em adulta, se torna involuntariamente testemunha da guerra civil em Ruanda. Há traços biográficos em seu romance? Ou autobiográficos? De que maneira as fortes experiências que viveu em Angola se relacionam, ou se presentificam, no seu texto ficcional? No prefácio à edição portuguesa do seu romance, Jean-Michel Mabeko-Tali afirma: "Guida Paredes escolheu um caminho para matar alguns fantasmas do seu passado tumultuoso: a escrita romanesca". Você concorda? E eu acrescentaria: que fantasmas foram mortos em seu romance?

MP: O que me motivou a escrever este livro foi o silêncio e a indiferença que existe em Portugal sobre o genocídio do

Ruanda, um silêncio racista, negrofóbico, onde a morte de quase um milhão de negros Tutsi ruandeses não é sentida e tem muito pouca expressão porque são negros, como se as suas vidas não fossem dignas de ser choradas ou não tivessem valor humano para usar as palavras de Judith Butler. Outra motivação foi apontar o dedo à Portugal Telecom, que concorreu à privatização da Rwandatel depois do FMI e Banco Mundial terem imposto privatizações e medidas que agudizaram as contradições sociais e conduziram ao conflito. Isto leva-me a pensar que o que me move talvez não seja a literatura, mas a denúncia pública.

Do ponto de vista subjetivo, intimista, Mabéko-Tali tem razão, recorri à escrita para me salvar, uma espécie de rito de passagem de uma vida para outra numa altura em que fui confrontada com ruturas pessoais que me abalaram profundamente. Para não ficar paralisada pela dor, resolvi enfrentar o passado, Angola e a guerra, por isso o texto tem um tom biográfico e mergulha na autobiografia. As grandes rupturas têm a vantagem de permitirem a "reinvenção de si", e foi assim que me reinventei como escritora. A experiência vivida foi a rede de segurança sobre a qual construí a narrativa, mas foi muito difícil escrever sobre o genocídio em Ruanda, não consegui mergulhar nesse abismo, senti que não há escrita redentora que salve da dor de uma ferida humana tão profunda. Só podemos escrever contra o esquecimento. Com este romance assumi publicamente que tinha lutado por Angola e em sectores mais conservadores e ultranacionalistas em Portugal cheguei a ser acusada de traição à pátria, o que me recorda sempre a frase de E.M. Foster no livro "Two Cheers for Democracy" onde diz, "se tiver que escolher entre trair o meu país ou trair um amigo, espero ter a coragem de trair o meu país".

9. Nascida em Coimbra, com profundas raízes fincadas em Angola, tendo a família dividida entre Portugal e Brasil (pois seu pai vive no Brasil), você traduz bem aquela 'identidade em trânsito' de que tanto se fala nos estudos pós-coloniais. Como você se vê na circulação entre os três vértices desse triângulo Europa-África-América, ou, mais especificamente, Portugal-Angola-Brasil?

MP: É um privilégio ter como lugar de pertencimento três países em três continentes diferentes. Mas o único país pelo qual lutei e pelo qual estava pronta a morrer não foi o país onde nasci, foi Angola e isso tem um peso muito grande na minha história de vida e no que me fui tornando. Deslocamentos como este não são feitos por razões ideológicas, são resultado de feridas interiores e dilacerações identitárias. No dia 11 de Novembro de 1975, em Luanda, eramos muito poucos 'brancos' na praça onde foi realizada a cerimónia da proclamação da independência. Portugal foi-se embora sem transferir a soberania, omitiu-se do ritual de passagem de um poder colonial para um poder africano, por isso ainda hoje sinto que fechei a porta do Império, ... eu estava lá!

Nessa altura, o meu pai já vivia no Brasil, a minha mãe em Lisboa e eu em Luanda, a geografia onde me movimento não se reduz às fronteiras de Portugal, sinto que estou sempre a ser interpelada e desafiada por outras culturas e o que me atrai mesmo é a diferença cultural. Talvez a palavra que me defina seja o entrelugares, esse espaço onde a norma pode eclodir e nos leva por caminhos desviantes na vida, na política, nos amores e no desejo.